

Sobre a inferência de valores morais na leitura de ficção (numa análise de *Vidas secas*)

On the inference of moral values in fiction reading (in an analysis of Barren lives)

Miriany Litka Guimarães *
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Pedro Dolabela Chagas *
Universidade Federal do Paraná - UFPR

87

RESUMO: Na interface entre a linguística, a psicologia e a narratologia, esse artigo propõe investigar como valores morais são sugeridos ao leitor pela prosa de ficção, sem serem ostensivamente enunciados na narração. Buscando contribuições na psicologia moral de Jonathan Haidt (2012), na pragmática de Dan Sperber e Deirdre Wilson (2012), e na narratologia de Lubomír Doležel (1998), propomos um modelo descritivo para esse estudo, exemplificado na análise de *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. O modelo agrega: 1) a pragmática (para discernir processos inferenciais na leitura da ficção); 2) uma narratologia fundamentada na teoria dos mundos possíveis (para descrever modos de moralização implicados na construção do mundo ficcional); 3) a psicologia evolutiva (para identificar o apelo do texto a vieses morais universais); 4) a inscrição do texto em seu contexto de publicação. Tomamos *Vidas secas* como estudo de caso para identificar como esses elementos substanciam a inferência de conteúdos morais pelo leitor.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

* Doutor em Literatura Comparada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Estética Filosofia da Arte pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

PALAVRAS-CHAVE: Leitura de ficção. Psicologia moral. Pragmática linguística. Narratologia analítica. *Vidas secas*.

ABSTRACT: from the consilience between linguistics, psychology and narratology, this article investigates how moral values are suggested by implication to the reader of fictional texts, without being ostensibly stated in the narration. By dialoguing with contributions from Jonathan Haidt's (2012) moral psychological, Dan Sperber's and Deirdre Wilson's (2012) pragmatics, and Lubomír Doležal's (1998) narratology, we propose a descriptive model for this study, exemplified through the analysis of Graciliano Ramos's *Barren lives*. The model aggregates: 1) pragmatics (identifying inferential processes in fiction reading); 2) a narratology based on possible worlds theory (describing modes of moralization involved in the construction of the fictional world); 3) evolutionary psychology (identifying the text's appeal to universal moral biases); 4) the text's inscription in its context of publication. We used *Barren lives* as case study to identify how these elements substantiate the inference of moral contents by the reader.

KEYWORDS: Fiction reading. Moral psychology. Linguistic pragmatics. Analytical narratology. Graciliano Ramos's *Barren lives*.

Considerações iniciais

O objetivo deste artigo pode ser articulado numa frase: investigar como valores morais são sugestionados, na prosa de ficção, sem serem ostensivamente enunciados na narração. A simplicidade do problema não comporta, porém, uma solução simples. Como leitores, sabemos que valores abstratos estão implicados na descrição de lugares, na construção de personagens e conflitos, nos acontecimentos do enredo. Reconhecemos nossa capacidade de “intuí-los”, mas como essa intuição acontece? Esse foi um problema do qual a teoria literária do século XX pouco se ocupou: nos anos 70 Wolfgang Iser (1996, 1999) falava de “lugares vazios” preenchidos pelo leitor durante a leitura; era uma colocação promissora do problema, mas que nunca soube explicar o que são, em si, esses “lugares”, e como eles podem ser empiricamente identificados no texto. Especialmente no tratamento dos estímulos textuais que levam o leitor a conceber, através de processos mentais, variados conteúdos abstratos, como os valores morais, a teoria de Iser nunca redundou num modelo analítico preciso.

Nossa aposta é que a extensão do diálogo com a linguística e a psicologia, conforme iniciado pelas proposições que dão fundamento ao campo emergente da narratologia cognitiva (especialmente DIXON 2003, DUTTON 2009, GERRIG 1993, HOGAN 2011, PALMER 2010, ZUNSHINE 2006, FLUDERNIK 1996, TSUR 2008), pode fundamentar um modelo descritivo dos modos pelos quais a prosa narrativa de ficção consegue sugerir valores morais ao leitor, sem enunciá-los no texto. Observando uma lacuna inexplorada no trabalho experimental sobre o processamento mental da leitura em autores como Reuven Tsur, Richard Gerrig, Peter Dixon e Marisa Bortolussi, acreditamos que a pragmática linguística de Dan Sperber e Deirdre Wilson, ainda apenas embrionariamente incorporada pelos estudos literários (v. CAVE 2016), pode explicar a sugestão “por implicatura” da valência moral do texto literário, ao tratar a leitura como uma circunstância de comunicação contextualizada pela relação entre as intenções autorais, o ambiente de circulação da obra, e as capacidades e predisposições de cada leitor empírico. A partir desse modelo linguístico falaremos do apelo do texto a vieses morais universais, da relação que ele propõe com o discurso circulante em seu contexto inicial de circulação, e da construção autoral do mundo ficcional. No decorrer da leitura esses elementos substanciam a inferência de conteúdos que emergirão na mente de um leitor, que, confirmando proposições de Iser, não controla conscientemente suas próprias reações ao texto. Sua mente é, ademais, singularizada em sua formação ao mesmo tempo cultural e biológica, histórica e linguística, social e psíquica: novamente confirmando Iser, essa singularidade da mente individual garante que a atividade mental de cada leitor, em cada leitura, será específica à sua maneira - não há leitores iguais, não há leituras repetíveis. Nossa proposta, no entanto, é que em cada ocasião quatro elementos se entrelaçam no processo: a construção autoral de um mundo ficcional materializado como texto; vieses morais apriorísticos, que orientam a reação do leitor ao texto (conferindo ao autor certo poder de antecipação dessas respostas); o debate

corrente no contexto social ao qual o texto se lança (onde os vieses morais universais são entrelaçados a temas atuais de interesse); as inferências mentais de um leitor singularizado em seus saberes e competências, em suas predisposições e capacidades mentais, em sua socialização e história pessoal. Nada garante que os valores mentalmente inferidos pelo leitor coincidirão com as intenções do autor; mesmo nesse caso, nossa proposta é que eles emergirão na interface dos elementos acima.

Elegemos como objeto de análise um clássico nacional: *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos. Desde já enfatizamos que este não é um artigo sobre aquela obra, que será aqui tomada como objeto a substanciar a proposição teórica que concentrará nossa atenção. Inscrito na subárea da teoria literária, este artigo não se orienta pela ambição de integrar a fortuna crítica de *Vidas secas* (por mais desejável que seja tal ambição), nem se compromete em comentar sua fortuna crítica estabelecida (em linha com a produção da narratologia cognitiva, cujos autores não costumam tratar a história da recepção erudita da literatura como fundamento das suas proposições teóricas). Escolhemos *Vidas secas* por razões didáticas, colocadas a serviço do objetivo proposto: trata-se de uma obra suficientemente conhecida para dispensar apresentação, cuja riqueza estilística não impede sua leitura fluente (pela sua clareza sintática), e cuja densidade moral é elevada (em sua remissão a dramas éticos e políticos atuais); tudo isso a qualifica como objeto adequado para a exemplificação do modelo proposto. Ela será lida à luz da psicologia moral de Jonathan Haidt (2012), da linguística de Dan Sperber e Deirdre Wilson (2012), da narratologia analítica de Lubomír Doležel (1998). Haidt fala de referências que norteiam universalmente nosso juízo moral; Sperber e Wilson tratam da formação de inferências mentais em processos de comunicação; Doležel analisa a atuação de valores morais na estruturação de mundos ficcionais. Dessa confluência de proposições responderemos nossa pergunta inicial; tudo dando certo, teremos avançado na compreensão do “ato da leitura” num de seus

elementos decisivos: as maneiras como os textos ficcionais tentam instruir seus leitores sobre as implicações morais dos conflitos do enredo e das ações dos personagens.

Mundos ficcionais

Começamos por Lubomir Doležel e sua concepção das ficções como “mundos possíveis”. Em *Heterocosmica: fiction and possible worlds*, ele descreve a maior liberdade da literatura (em relação à não-ficção) para criar mundos ancorados no real, mas que não “refletem” (ou “re-produzem”) a realidade ao se materializarem como texto. Não há relativismo epistemológico aqui, pois o real não “se dissolve” nas representações que recebe: pelo contrário, representações são construídas a partir de elementos intersubjetivamente identificados como reais; autor e leitor compartilham certa “enciclopédia” de referências sobre o mundo. Doležel apenas reconhece que tais referências não se impõem “objetivamente” ao discurso que as identifica, analisa e nomeia, resultando de consensos (amplos ou localizados) quanto à sua própria identificação, análise e nomeação. Os temas que interessam à literatura emergem de uma multidão de vozes e discursos socialmente distribuídos, chegando ao texto condicionados por esse histórico de discussão. Por isso seu tratamento é indissociável das ontologias e teorizações que os tornaram objetos de interesse comum: os temas não se impõem por si (e em si) ao debate público, sendo selecionados em meio a preocupações correntes; certos assuntos são priorizados, outros não recebem atenção; ao final, os que são selecionados receberão certo enquadramento analítico (doxástico, deôntico, talvez ontológico e epistemológico) embalado por opiniões, angústias, memórias e anseios, e/ou por estilemas teóricos, filosóficos, ideológicos. Entre o rigor da teoria e a vagueza da opinião, os temas adquirem forma e presença no discurso corrente.

Essa indissociação entre a presença social do tema e seu enquadramento textual leva Doležel a rejeitar a teoria mimética do *one-world frame* - pela qual existe uma única realidade, que a literatura não poderia senão espelhar -, em nome do *multiple-world frame*, pela qual haverá tantas versões do real em circulação quantos forem os seus enquadramentos plausíveis, de acordo com consensos e pressupostos contemporaneamente admissíveis sobre agentes, fatos e processos, e sobre as estruturas que os agenciam. Em linhas gerais, é o que demarca a diferença entre as motivações de produção da literatura e da ciência, pois a ciência opera de maneira saudável ao pressupor a existência de uma única realidade, cheia de elementos discretos *a priori* passíveis de serem objetivamente conhecidos, mesmo que tal conhecimento possa nunca vir a ser alcançado (contextualmente inscritas em pressupostos passíveis de revisão, proposições científicas tendem a ter uma aceitação finita). No universo social, por sua vez, sempre haverá uma quantidade enorme de enquadramentos dos problemas comuns, não porque todos sejam moral ou epistemologicamente legítimos - o que depende de critérios de plausibilidade intersubjetivamente afirmados -, e menos ainda porque eles “criam” o real que descrevem, mas porque nem mesmo as limitações socialmente impostas à admissão das representações pode eliminar sua potencial multiplicação, desprovida epistemologicamente dos meios de autocontrole institucional da pesquisa acadêmica. Discursos não são exatamente “livres”, pois são legitimados dialogicamente; tal limite não elimina, porém, a enorme quantidade das produções. Assim como uma sequência de números que terminem em 2 será infinita, mesmo que todos os elementos do conjunto obedeçam a uma restrição normativa, na ficção as restrições colocadas por expectativas intersubjetivas de plausibilidade - numa obra realista, homens não engravidam e hippies não se elegem presidentes - não impedem que infinitas representações do real possam ser feitas, em concordância com enquadramentos que, nalguma medida, serão personalizados no processo da autoria. Ao final, o texto organiza e apresenta um mundo imaginário evocando elementos do real

compartilhado, que é selecionado de maneira peculiar nalguns de seus aspectos salientes, em diálogo com noções, teorias, ontologias e discursos (atuais e passados) em circulação.

Por que isso nos interessa? O autor seleciona elementos intersubjetivamente atribuídos ao real compartilhado, ao construir um mundo ficcional cujos fundamentos, sem replicarem o real, serão familiares ao leitor: entre esses elementos, estão os valores morais. Enquanto a narratologia estrutural destacava os tipos de narrador, as categorias de personagens e a construção do tempo na narrativa, a narratologia analítica de Doležel inclui os modos de composição de conflitos (entre os personagens e em suas relações com o mundo ficcional). Ele fala dos “sistemas modais” usados na construção de mundos ficcionais: modalidades aléticas, axiológicas, deônticas e epistêmicas. Restrições aléticas se referem àquilo que é possível ou impossível: todo personagem tem certos poderes e é destituído de outros; a capacidade de ação de um super-herói excede a dos “humanos normais”, assim como as diferenças de classe, num romance realista, acompanham o gradiente de poder político. Restrições deônticas se referem ao que é permitido, proibido ou obrigatório no mundo ficcional, as regras a serem cumpridas e cuja violação pode levar à punição: por elas se dramatizam conflitos entre juízos morais (dos personagens e dos leitores) e as regras sociais que estruturam o mundo ficcional. Restrições axiológicas discernem o que é valorizado e desvalorizado, em classificações do “bom” e do “ruim” que podem variar entre os personagens: o que é bom para uns pode ser ruim para outros, o que é valorizado pelo personagem pode ser criticado pelo narrador, e assim por diante. Por fim, restrições epistêmicas regem a distribuição de conhecimento entre os agentes: pode haver personagens que sabem mais sobre a estória narrada, ou sobre o próprio mundo ficcional (o que aumenta seu poder de ação). Em vários enredos essas restrições se entrecruzam, lançando o personagem a um processo de aprendizado sobre o funcionamento do mundo ficcional - como acontece com a

protagonista de *Alice no país das maravilhas* e o narrador de *O coração das trevas*, lançados a mundos cujos valores, normas, linguagens e regimes de possibilidades (físicas e mentais) eles inicialmente ignoram, e que só passarão a conhecer após um estranhamento prolongado do universo da ação.

Daqui passamos a *Vidas Secas*. Pela teoria de Doležel, a representação dessa obra de elementos selecionados do real adquiria plausibilidade no diálogo com outros “mundos possíveis” (ficcionais e não-ficcionais) construídos sobre aqueles mesmos elementos. Isso facilitava que eles fossem lançados ao reconhecimento do leitor de maneira estruturalmente moralizada, mas sem que essa moralização devesse ser ostensivamente enunciada e, assim, exposta à consciência do leitor. Restrições aléticas determinam o que é possível, impossível e necessário no mundo ficcional, i.e. condições de causalidade, relações temporais e espaciais, capacidades de ação (nos planos físico, instrumental e imaginativo) que fazem com que a existência, ações e vida mental do personagem sejam estruturalmente limitadas pela própria composição daquele mundo: em *Vidas Secas*, Fabiano era limitado pela pobreza e pela ignorância. Limitações deônticas se referem ao que é proibido, permitido ou obrigatório, nos planos coletivo e subjetivo: Fabiano era oprimido pela hierarquia política. Restrições epistêmicas revelam uma distribuição desigual de conhecimento sobre o próprio mundo ficcional: Fabiano, em momentos cruciais, é incapaz de entender sua própria condição. Acima de tudo, restrições axiológicas falam do “bom” e do “ruim”, do que é valorizado ou desvalorizado no mundo ficcional: em *Vidas secas*, o foco numa família nuclear, oprimida pela estrutura de classe e sem vínculos com iguais (não há relações com vizinhos ou outros retirantes), realça os dramas pertinentes às suas expectativas e obrigações mútuas.

94

Ou seja, em sua construção da seca no nordeste, Graciliano Ramos optou por fazer com que esses quatro sistemas modais operassem de maneira redundante em

relação a expectativas correntes sobre a estruturação social daquela porção do país: nas restrições aléticas, Fabiano era pobre, e podia pouco por ser pobre; nas restrições axiológicas, a norma moral era que Fabiano sustentasse a família, e ele lutava para isso; nas restrições deônticas, ele sofria a violência do poder estabelecido; nas restrições epistêmicas, ele não entendia perfeitamente as transações econômicas e a exploração à qual era submetido. Estrategicamente, essa escolha pela confirmação de expectativas dava plausibilidade ao mundo ficcional, facilitando que, em meio àqueles sentidos comuns, sugestões de valoração do real representado fossem sugestionadas como “naturais”: se aquela porção do Brasil é “objetivamente assim”, não era preciso explicar nem defender os valores morais implicados na narração. Esse é o ponto que nos interessa: a redundância informacional naturalizava os vieses morais implicados na construção de um mundo ficcional aparentemente “realista”. Ao confirmar sentidos comuns sobre os temas representados, o autor estimulava o leitor a se apoiar em hábitos interpretativos correntes ao processar um mundo ficcional oferecido como novidade; por esse meio, os ideogramas políticos implicados na moralização da narrativa eram integrados, subliminarmente, à reivindicação de plausibilidade daquela construção autoral de uma porção do real que era socialmente compartilhada como representação, e não em primeira mão (em sua ampla maioria, o público de Graciliano Ramos vivia distante da seca).

95

Essa conclusão nos leva à interface com a narratologia cognitiva, com a qual Doležel não dialogava explicitamente. Pois o que se depreende é que o modo como o autor constrói o regime de restrições, obrigações, possibilidades e hierarquias do mundo ficcional, estruturando-o moralmente nesse processo, orienta as inferências mentais do leitor durante a leitura. Passemos, então, do texto à mente - da narratologia à psicologia.

Seis fundações universais da moralidade humana

Conciliando a sociologia de Durkheim e a psicologia evolutiva, Jonathan Haidt recentemente propôs que sistemas morais coletivizados, socialmente distribuídos, estimularão a coação de vontades e interesses individuais apenas na medida em que “conjuntos interligados de valores, virtudes, normas, práticas, identidades, instituições [e] tecnologias [estiverem associados a] mecanismos psicológicos evolutivos, que trabalham juntos para reprimir ou regular o interesse próprio a fim de tornar possível a cooperação em sociedade” (HAIDT, 2012, p. 402, tradução nossa). Em última análise, é na psicologia individual que a moralidade se atualiza como força autocoativa. Se, seguindo Durkheim, Haidt propôs que a moral compreende tudo que “seja fonte de solidariedade, tudo que force o homem a regular suas ações por algo além do seu próprio egoísmo” (HAIDT, 2012, p. 401, tradução nossa), essa definição implica que a moralidade compreende os modos e motivações da autocoação individual, e por isso Haidt a internaliza na vida mental: a nossa natureza é simultaneamente individual e coletiva; além dos “fatos sociais” (a religião, a família, a lei...) que, segundo Durkheim, têm poder de determinação sobre a prática moral, essa prática também mobiliza os sentimentos, as emoções, as intuições e a consciência individual.

96

Daí que a teoria das fundações morais de Haidt seja transdisciplinar, envolvendo a psicologia, a sociologia, a antropologia, as ciências cognitivas e a evolução humana numa proposição consiliente. Ela sugere que, tendo emergido na nossa história evolutiva, seis matrizes de juízo moral tornaram-se universais da nossa espécie. A fundamentação dessa proposição é extensa demais para ser detalhada aqui, e por isso nos limitaremos a alguns dos seus componentes principais. Certos pressupostos do argumento são comuns na psicologia evolutiva: sentimentos morais (positivos e negativos) são necessários para regular a cooperação humana, nos planos familiar e social; na condição de “sentimentos”, sua expressão basilar é emocional, mesmo

que, com o tempo, a regulação social passasse a contar com normas verbalmente formuladas; essa normatização continua pressupondo, porém, a anterioridade da expressão emocional do sentimento moral: primeiro *sentimos* a confirmação ou o desvio do padrão moral; a racionalização vem *a posteriori*. Para regular a vida moral a autocoação é mais eficiente do que a coação externa, pois revela a internalização da norma pelo agente, que assim policiará sua própria conduta (deixando de sobrecarregar a capacidade de vigilância da coletividade). Da mesma maneira, a coação interpessoal nas relações cotidianas é mais eficiente que a repressão formal (ou institucional), ao acarretar, de maneira mas ágil, a perda de *status* como punição ao agente desviante. Em ambos os casos as emoções são mais rápidas (e talvez mais assertivas) do que o juízo reflexivo, que será requisitado apenas em situações de alta complexidade (ou ambiguidade), ou de grande importância coletiva. Mas como é possível que as emoções, aparentemente tão subjetivadas, possam regular a vida social? A ideia é que nossas emoções não são tão pessoais como parecem: das especificidades da evolução biocultural humana (cujo detalhamento excede os limites deste artigo), Haidt propõe que nossa espécie chegou a seis fundamentos morais que, por serem universalmente compartilhados, conseguem regular a vida social ao organizarem, em padrões comuns, as nossas respostas emocionais às situações compartilhadas. Em pares de opostos, nossas seis “fundações morais” seriam estas: cuidado-dano, equidade-trapaça, lealdade-traição, autoridade-subversão, santidade-degradação e liberdade-opressão.

97

Faremos comentários pontuais no decorrer da argumentação, mas os substantivos polarizados nessas seis fundações são autoexplicativos: eles foram escolhidos por evocarem sentidos comuns sobre o significado das palavras envolvidas. Por ora, vale reforçar que esta é uma perspectiva inatista, que busca identificar uma organização da moralidade humana anterior à experiência concreta. A ideia é que todos nós moralizamos o mundo de acordo com essas seis fundações, que serão

ativadas, é certo, nas relações com fatos, situações e contextos presentes na cultura em que desenvolvermos nosso aprendizado, em linha com suas ontologias dominantes e a nossa história pessoal: “a natureza fornece um primeiro rascunho, que a experiência então revisa.” (HAIDT, 2012, p. 204, tradução nossa). A proposta é que nossa interpretação do mundo e nosso comportamento social são orientados por juízos morais fundamentados nesses seis pares de distinções, que possibilitam a rápida efetivação do juízo moral sem o recurso à reflexão consciente: a razão que serve à intuição, e não o contrário.

Que o juízo moral receba primeiro uma expressão emocional, sem recurso à racionalização, é o que mais frequentemente acontece: a razão é ocasionalmente chamada para explicar e justificar *a posteriori* um juízo qualquer, já articulado intuitivamente sem sua participação. Pela metáfora de Haidt, nossas emoções são um elefante, e nossa razão, seu condutor: fraco demais para controlar o elefante, o condutor apenas justifica o caminho que ele já decidira seguir. Nisso, Haidt ecoa David Hume ao situar o pensamento como servo das paixões (rejeitando Platão, que postava a razão como mestra, e Thomas Jefferson, que as via caminhando juntas). Esse é um passo importante, pois Haidt conclui que a maneira mais efetiva de mudar a opinião ou obter a simpatia de alguém não é recorrer à argumentação racional, mas apelar às suas intuições e emoções - exatamente o que romancistas costumam fazer. O objetivo de *Vidas secas* não era re-presentar um problema atual, “informando” o leitor a seu respeito; aquela tragédia social era bastante conhecida, afinal. Ao falar da seca, Graciliano Ramos focalizava uma família de retirantes, conferindo intensidade emocional ao drama de pessoas em situações diferentes da nossa, mas que poderíamos nos imaginar vivendo. Era pela dramatização de problemas pessoais que o autor buscava apelar à empatia do leitor, produzindo uma tensão emocional que permitiria, por sua vez, que a obra cumprisse sua função política.

De maneira geral, se valores morais podem ser sugeridos mediante o apelo às emoções do leitor, sem recurso ao juízo argumentativo, pode ser que o leitor sequer adquira consciência da intelectualização implicada na moralização estrutural da narrativa, especialmente se ele se emocionar com uma dramatização bem integrada às suas noções usuais sobre os elementos selecionados da realidade social compartilhada. Em tal caso, suas emoções podem conduzi-lo a simpatizar com ideias morais sugeridas como reação ideal aos problemas representados, permitindo que a obra cumpra sua função retórica ao persuadir o leitor apelando às suas emoções. Ou seja, o apelo emocional de uma representação moralizada sob vieses específicos, mas presumida como representação plausível do real, pode favorecer a aceitação (e potencial adoção) do posicionamento moral sugestionado. No caso de *Vidas secas*, quais das seis fundações eram exploradas na construção do mundo ficcional? Ao dramatizar um tema que era histórica, social e geograficamente inscrito, a que matrizes morais universais o autor apelava? Voltaremos a isso adiante; antes disso, daremos um giro pela pragmática linguística.

99

A teoria da relevância: implicatura e explicatura, ostensão e inferência

A mente humana é seletiva; ela concentra atenção nos estímulos que lhe parecem relevantes. A relevância não é uma propriedade do estímulo informacional, mas uma propriedade que lhe é atribuída pelo indivíduo, em meio à carga informacional lançada no ambiente. Na percepção auditiva e visual, de tudo que nos chega aos olhos e ouvidos apenas uma pequena parte adquire saliência suficiente para chamar nossa atenção; enquanto focamos nalguma coisa, muito nos passa despercebido. Nas trocas linguísticas o mesmo acontece, mas com uma ressalva: numa situação de comunicação todo enunciado pressupõe sua própria relevância, pois senão o falante não o produziria - ou assim presume o ouvinte. Esse “princípio

da relevância”, formulado por Sperber e Wilson (2012), prevê que o ouvinte opera com a expectativa (que pode ser frustrada) da relevância daquilo que ouve, buscando identificar, na fala, informações importantes para a compreensão da comunicação: nem toda palavra é igualmente relevante na frase, nem toda frase é igualmente relevante na conversa, e a mente trabalha, de maneira espontânea (i.e. não racionalizada, infra-consciente) para estabelecer seus focos de atenção.

A teoria da relevância se fundamenta, pois, em dois princípios sobre a comunicação: 1) a cognição humana tende a ser direcionada à maximização da relevância, ou seja, à identificação daquilo que é mais relevante na comunicação em curso; 2) o ato de comunicação tende a sugerir a relevância daquilo que comunica. A compreensão não é a “decodificação” de uma “mensagem”, pois demanda a inferência de significados (pelo leitor ou ouvinte): tais “implicaturas” (pela terminologia de Grice) emergem da participação de um interlocutor, que, ao atribuir relevância a certos elementos do texto ou da fala, não será o mero “receptor” do conteúdo. Pelo contrário, ele será ativo na sua interpretação - em obediência, ou não, às intenções originais do texto ou da fala. Em suma, o enunciado não carrega em si o sentido que ele receberá ao ser processado, sendo enriquecido pelas inferências do leitor ou ouvinte.

100

Para reduzir o lapso potencial entre suas intenções e a recepção da sua fala, o falante recorre à “ostensão”, oferecendo evidências diretas das suas intenções. Se a inferência é o processo cognitivo pelo qual o interlocutor recupera implicaturas e completa o significado, a ostensão visa atrair a atenção desse interlocutor para que ele produza as inferências intencionadas pelo falante - o que pode funcionar ou não, pois inferências sempre dependem da atribuição de relevância (pelo ouvinte) à informação ostensivamente oferecida. Comunicações obedecem a certo princípio de economia: omitimos muita coisa ao produzir um enunciado, falando aquilo que nos parece relevante e deixando que as inferências do interlocutor, no

contexto da comunicação, supram o restante necessário. Nesse processo o contexto é decisivo, participando da atribuição de significado à enunciação: tanto quanto o saber enciclopédico e doxástico do ouvinte, as informações implicadas nas circunstâncias da comunicação influenciam as inferências produzidas. É dentro do contexto que referências prévias substanciarão o processamento das informações seguintes, fazendo com que um processo comunicacional, em sua miríade de pequenas especificidades, não seja reproduzível - o mesmo vale para a leitura de ficção, em que não há duas leituras iguais de um mesmo texto.

A teoria da relevância se aproxima, afinal, dos “lugares vazios” de Wolfgang Iser. O texto literário é “lacunar” e demanda do leitor o “preenchimento de lacunas”; no vocabulário da relevância, o leitor de ficção participa da construção do sentido a partir de estímulos ostensivos do texto, dispostos pelo autor para a produção de inferências mentais visadas, mas cujo sentido resultará dos processos mentais de cada leitor. O sentido pode emergir na mente do leitor sem ser analiticamente articulado: a atribuição de relevância ocorre a todo instante, ordinariamente de maneira tão rápida a ponto de parecer “instantânea”; algo próximo da rapidez da comunicação oral na produção de inferências pode ocorrer na leitura, especialmente quando o mundo ficcional parecer familiar ao leitor. Indícios textuais podem assim suscitar inferências não articuladas conscientemente, mas que orientarão, de todo modo, a relação do leitor com a narrativa: nesse meio estarão as atribuições de valores morais aos conteúdos narrados. Esse processo tenderá a ser tão mais sutil quanto mais o autor recorrer a dramas e símbolos convencionais - com isso em mente, voltemos a *Vidas secas*.

Inferências morais na leitura de *Vidas secas*

O leitor de Graciliano Ramos pertencia, é claro, a um estrato social diferente dos seus personagens. Ele não era retirante e provavelmente vivia bem longe da seca, em outras regiões do país. Como tantos autores da sua geração, Ramos apresentava o drama daquela família como metonímia de uma realidade social ampla. E pela nossa proposição, sua representação buscava apelar às emoções do leitor para sugerir sua concordância com valores morais implicados na narração. Se isso funcionasse, as emoções despertadas pela leitura seriam o elefante a conduzir futuramente o leitor em seu pensamento sobre aqueles temas: a função retórica da obra era fazer com que o elefante das emoções guiasse o leitor em sua análise da estruturação social brasileira. Como isso poderia dar certo?

O apoio na pragmática linguística nos estimula a contextualizar as intenções comunicacionais de Graciliano Ramos no momento de lançamento de *Vidas secas*, em detrimento da análise das reações que ele motivou. Buscamos intenções de comunicações discerníveis do texto, mas que preservam uma relação indireta com os registros de leitura acumulados na fortuna crítica: com o passar do tempo mudaria o contexto de leitura, e não se deve supor que gerações posteriores mantivessem ativo o conjunto de expectativas ao qual Ramos se dirigira; pelo contrário, é de supor que eles trouxessem para a leitura interesses, saberes e valores diferentes daqueles com os quais Ramos pretendia dialogar. Ademais, como atividade profissional exercida por uma categoria especializada de leitores, a crítica se orienta por vieses descritivos e interpretativos privilegiados em seu próprio campo de interlocução, com suas próprias agendas e históricos de problemas - enquanto nos interessa recuperar elementos genericamente pertinentes ao autoposicionamento que Graciliano Ramos assumiu, em *Vidas secas*, como intelectual público e escritor inscrito na tradição romanesca local.

O ano era 1938, e Ramos tratava da miséria no sertão. O tema era inevitavelmente moralizado no debate corrente: pelo menos desde a grande seca de 1877 o quadro era presente na opinião pública, e uma sucessão de grandes secas não permitira que ele fosse esquecido. Na produção letrada, *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida e *O quinze* (1930), de Rachel de Queiroz, mostravam que o problema integrava uma tradição robusta. Na vida política ele era sempre retomado (sem consequências robustas), e a novidade que Graciliano Ramos trazia para o romance brasileiro nos anos 30 era o fortalecimento, no espectro ideológico, da crítica comunista à desigualdade econômica, interpretada à luz da distribuição desigual do poder político. O Partido Comunista Brasileiro fora fundado em 1922, na esteira do sucesso da revolução bolchevique; com a “grande recessão” dos anos 30, uma porção consistente da intelectualidade ocidental passara a acreditar no comunismo como utopia realizável; no Brasil a retração das democracias liberais motivaria a divisão do campo ideológico entre integralistas e comunistas, com consequências diretas para um campo literário em que Octavio de Faria e José Geraldo Vieira seriam inscritos no “polo oposto” a Graciliano Ramos e Jorge Amado. Essas breves indicações ajudam a contextualizar a obra em seu diálogo com noções morais e políticas, com o saber enciclopédico sobre o Brasil, e com as interpretações do país que circulavam em seu período de escrita: esse tipo de contextualização, aqui decerto apenas ensaiada, pode fornecer indícios para a identificação das intenções comunicacionais de um autor que - pela descrição aqui proposta - participou do diálogo intelectual e da agitação política do seu tempo escrevendo um romance. Naquele contexto, *Vidas secas* (com o perdão da redundância) defendia a dignidade da vida humana numa tragédia humanitária, e não meramente ambiental; um viés genericamente igualitarista fundamentava sua teorização da estruturação política da sociedade brasileira. O apelo à empatia pelo sofrimento elementar e universal da fome e da sede embalava a teorização daquele sofrimento como decorrente de injustiças histórica e socialmente específicas,

subliminarmente legitimando a interpretação da hierarquia de poder como “injustiça” e da miséria como “opressão”. Pela terminologia de Haidt, que fundações morais eram acionadas nesse procedimento?

Eram particularmente duas: cuidado-dano e liberdade-opressão. Em geral, Haidt define que a primeira remete aos cuidados demandados por quem não dispõe de condições físicas, mentais e materiais para garantir a própria sobrevivência, enquanto a segunda concerne às limitações, de ordem natural e social, que nos são necessariamente impostas na vida coletiva. Abstratos, os dois pares conceituais são ativados, no entanto, por condições e questões concretas. Se ninguém deve ser livre para fazer o que bem desejar (o que está pressuposto da própria noção de “crime”), em que medida a (inevitável) limitação das nossas liberdades individuais se tornará opressiva? Assim colocada a pergunta é abstrata, ao inquirir sobre o limiar entre a limitação justificada e a limitação injustificada da ação; como, porém, esse limiar sempre se revela tênue na vida prática, aquela abstração costuma ser despertada em situações bastante concretas. Da mesma maneira, se é compreensível que nos dediquemos mais ao nosso próprio bem-estar e ao bem-estar dos mais próximos, em que circunstâncias o bem-estar de pessoas distantes deverá tornar-se nosso objeto de preocupação? Que situações concretas impõem o cuidado com indivíduos e populações distantes do nosso contato imediato? No juízo moral essas questões passam da abstração à concretude; com isso em mente, analisemos um trecho de *Vidas secas* em que aqueles dois padrões morais são mobilizados:

O menino mais velho pôs-se a chorar, sentou-se no chão.
- Anda, excomungado do diabo, gritou-lhe o pai. Não obtendo resultado, fustigou-o com a bainha da faca de ponta. Mas o pequeno esperneou acuado, depois sossegou, deitou-se, fechou os olhos, Fabiano ainda lhe deu algumas pancadas e esperou que ele se levantasse. Como isso não acontecesse, espiou os quatro cantos, zangado, praguejou baixo.

A caatinga estendia-se, de um vermelho indeciso salpicado de manchas brancas que eram ossadas. O vôo negro dos urubus fazia círculos altos em redor de bichos moribundos.

- Anda, excomungado.

O pirralho não se mexeu, e Fabiano desejou matá-lo.

Tinha o coração grosso, queria responsabilizar alguém pela sua desgraça. A seca aparecia-lhe como um fato necessário - e a obstinação da criança irritava-o. Certamente esse obstáculo miúdo não era culpado, mas dificultava a marcha, e o vaqueiro precisava chegar, não sabia onde.

[...] Pelo espírito atribulado do sertanejo passou a ideia de abandonar o filho naquele descampado. Pensou nos urubus, nas ossadas, coçou a barba ruiva e suja, irresoluto, examinou os arredores. (RAMOS, 2018, p. 10).

Aparentemente descritivo, o fragmento dramatiza emocionalmente a paisagem (ossadas na caatinga, o “vôo negro dos urubus”, “animais moribundos...”), ao evocar valores morais. Em meio à tortura da seca, o menino não consegue seguir viagem. A família está exausta, sem forças para prosseguir; de um ponto de vista utilitário, seria eficiente deixar o garoto para trás: assim ele não retardaria a marcha, haveria uma boca a menos para alimentar, as chances de sobrevivência dos remanescentes aumentariam. Fabiano então considera abandoná-lo, mas é claro que o autor sabia que a ideia seria repulsiva para qualquer leitor: mesmo naquelas circunstâncias, havia ali um tabu moral incontornável. Nos termos de Haidt, esse tabu se fundamentava na noção de “cuidado”, em oposição ao “dano”: que o indivíduo responsável por uma criança não possa abandoná-la, isso tende a parecer uma verdade autoevidente por apelar a uma fundação moral universal. Por isso um caso como aquele é socialmente regrado de maneira suficiente: não há lugar para ambiguidade. As especificidades do lugar e do caso davam concretude à abstração das fundações morais, favorecendo um juízo rápido, quase automático, que prescindia do apelo à razão argumentativa: não era preciso argumentar que aquela ação seria hedionda, o que permitiria que aquela dramatização da paisagem voltasse, mais tarde, no limiar do melodrama - “a lembrança das aves medonhas, que ameaçavam com os bicos pontudos os olhos de criaturas vivas, horrorizou Fabiano” (RAMOS, 2018, p. 126) -, mas conseguindo ocultar o melodrama sob a justificação moral.

Ao mesmo tempo, naquele drama outra questão se colocava. Numa analogia cuidadosamente construída, o cuidado com os mais vulneráveis se insinuava como valor social normativo. O pai era responsável pelo filho, mas a própria família não tinha condições de autossustentação; seguindo essa linha, não deveria um ente maior - o Estado - cuidar daquela família? Fabiano cumpria a expectativa moral ao não abandonar o filho, mas seguia abandonado pelo Brasil. Reprimido pelo poder local, da sua perspectiva a seca era um fato do destino, mas sua capacidade de interpretar a própria realidade era fraca: não seria imperativo que outros colaborassem para sanar seus problemas? É fácil entender que essas noções fossem defendidas por um autor comunista, mas não havia como garantir que elas fossem inferidas pelo seu leitor. Seria possível, em todo caso, argumentar que elas foram ostensivamente sugeridas?

Pela nossa argumentação, sistemas modais (conforme descritos por Doležal) estruturavam um mundo ficcional inerentemente moralizado sob fundamentos universais que, à luz da discussão ideológica corrente, poderiam, com boa probabilidade de sucesso, induzir o leitor a certas inferências interpretativas. Essa arquitetura atuava até mesmo na encenação de dilemas morais complexos e/ou de comportamentos incoerentes, quando o juízo envolvido na tomada de decisão era difícil, colocando certos valores em crise: por exemplo, a certa altura Fabiano cogita abandonar a família para se tornar cangaceiro, situação que difere da anterior, pois nesse caso a escolha envolveria não o mero abandono, mas a adoção de uma via de resistência à alienação social. Não era apenas uma escolha entre o cuidado e o dano, mas também entre a liberdade e a opressão, i.e. seria preciso escolher não apenas entre os termos de uma mesma fundação moral, mas entre fundações morais diferentes: o que seria mais importante na situação colocada, o cuidado da família ou a liberdade política? Aqui se nota como o autor comunista reivindicava a alta moralidade do personagem ao mantê-lo dedicado à família, sem

106

lançá-lo à ação política (como Jorge Amado faria com o Pedro Bala de *Capitães da areia*). Fabiano se elevava moralmente ao manter-se fiel à família, e assim a empatia do leitor, tal como sua eventual persuasão política, vinha do apelo a uma fundamentação moral que, no plano do enredo, prendia o personagem a interesses pessoais imediatos (seus e da família), sem levá-lo à ação coletiva. O cuidado da família prevalecia sobre a libertação no cangaço, escolha que elevava sua moralidade perante um leitor a ser persuadido politicamente. No nosso entender, isso reforçava a moralização do cuidado (com a família) como analogia da obrigação moral do Estado pelo cuidado com a população carente: esta foi a via escolhida por Ramos para conectar a fundação moral orientadora das escolhas do personagem, à crítica política encetada na obra.

A constatação pode parecer surpreendente, mas ela se enquadra em duas previsões. Uma delas é a conclusão de Haidt de que o “cuidado” é uma fundação moral priorizada pela esquerda política. A outra é que romances encenam problemas sociais de larga escala em dramas pessoais e familiares. Em *Vidas secas* as duas previsões se conciliam: a fundação “cuidado-dano” é ideal para dramatizar tensões pessoais e familiares, ao mesmo tempo em que evoca o apelo pela atenção do Estado à população carente. Naquela construção dualista de um mundo ficcional moralmente cindido entre opressores e oprimidos, restrições epistêmicas, axiológicas, aléticas e deônticas distinguiam a moralidade das ações de agentes-tipo, “dominantes” e “dominados”. Era um mundo ficcional estruturalmente imoral, em que o Estado (representado pelo soldado), a elite econômica (do fazendeiro) e a terra (a seca) exerciam opressão, e cujo protagonista tinha sua ação restrita aos limites da sua força física (no trabalho e no cuidado da família), tendo sua liberdade podada pela penúria econômica e pelas condições ambientais do sertão. Quanto às demais fundações morais, lealdade-traição não tinha importância notável: Fabiano não integrava qualquer coletividade à qual devesse prestar lealdade; sua família não frequentava alguma entidade que impusesse

fidelidade a um traço identitário qualquer e, da maneira como aparecem na obra, os retirantes apenas reagem à miséria, não formando coletividades de representação (como os sindicatos do romance proletário). Tampouco santidade-degradação tem presença significativa, o que demandaria a remissão a artigos de fé socialmente compartilhados: não está claro, porém, que algo de simbolicamente “sagrado” (de origem religiosa, cultural, histórica) seja “profanado” na narrativa, com implicações marcantes no enredo.

A noção de equidade, por sua vez, é evocada num tema central, que permanece como pano de fundo, sem estar diretamente implicado na sucessão de acontecimentos: trata-se da crítica a um universo do trabalho em que muitos se sacrificam para o usufruto da elite rentista. Dentro da polaridade “equidade-trapaça” de Haidt, na condição de elemento contraposto à “equidade” a “trapaça”, no caso, remete ao “aproveitador” do trabalho alheio, que se apropria dos ganhos sem um investimento proporcional de energia - uma tópica comunista, afinal, que atuava na estruturação moral do mundo ficcional, mas era menos evocada nas ações dos personagens. Algo semelhante acontece, por fim, com a fundação autoridade-subversão. Ela também era evocada na obediência servil de Fabiano ao poder econômico (o fazendeiro) e político (o soldado, a polícia), em seu reforço mútuo. Sugere-se que, na sua condição, a desobediência civil seria justificável e moralmente legítima, mas sabemos que ela não acontece: Fabiano se tolhe e, ao fazê-lo, realça a presença prioritária da opressão como força estruturante do mundo ficcional. Tudo somando, cuidado-dano e justiça-opressão não são as únicas fundações morais ostensivamente mobilizadas na construção do mundo ficcional, mas são priorizadas na construção das ações responsáveis por solicitar a empatia do leitor para os personagens principais.

Conclusão: suma geral da proposição

Restrições modais (no modelo de Dolezel) estruturam moralmente os mundos ficcionais; no caso de *Vidas secas*, a moralização segue as dicotomias cuidado-dano e liberdade-opressão. Em seu momento de lançamento, a moralização de um mundo ficcional dialoga com o debate (literário, político, cultural) sincrônico, que co-fundamenta as inferências (no modelo de Sperber e Wilson) do leitor individual; no caso de *Vidas secas*, o comunismo era um elemento central desse pano de fundo, em conjunto com a tradição de debate e ficcionalização da seca no Nordeste. A aposta de um autor (Graciliano Ramos, neste caso) é que o diálogo entre o mundo ficcional e o pano de fundo discursivo favoreça a indução, pelo leitor, das inferências morais intencionadas, mas é impossível garantir que isso aconteça - um romance não é um panfleto político; seus valores frequentemente estarão implicados, e não explicitados na narração; as inferências do leitor não são controláveis por ninguém, nem pelo próprio leitor. O autor pode, em todo caso, comunicar ostensivamente conteúdos mediados por ontologias socialmente difundidas (no caso de Ramos, certa interpretação ideologizada da realidade social brasileira). Isso aumenta a probabilidade que o leitor infira valores intencionalmente sugestionados no texto: para que isso aconteça, é importante que o sistema de restrições modais do mundo ficcional confirme suas expectativas; aceitar a plausibilidade da representação favorecerá a aceitação dos valores nela implicados. Igualmente importante é que o leitor estabeleça um vínculo empático, emocionalmente carregado, com os personagens e seus dramas pessoais.

109

Esse processo pode falhar. A partir de estímulos não intencionalmente priorizados pelo autor, outras fundações morais podem chamar a atenção do leitor. A distância histórica, ou (no contexto inicial de recepção) a discordância ou pouca familiaridade com a teorização implicada na moralização da representação, podem mitigar o vínculo empático do leitor. Como em qualquer ato de

comunicação, o leitor pode inferir conteúdos não visados pelo autor. Para tentar exercer certo controle da comunicação, *Vidas Secas* apelava a fundações morais universais, ativadas em questões moralmente energizadas no debate público brasileiro: na construção do mundo ficcional as fundações se entranhavam na representação daquelas questões, aparentando “naturalidade” ao representar fenômenos ideologicamente interpretados, e apenas aparentemente “descritos”. Diante de um leitor familiarizado com os temas e sua ideologização, as ações morais do personagem, em suas condições de vida e restrições modais, podiam suscitar um vínculo empático emocionalmente carregado, favorecendo que o leitor aceitasse, em retorno, a valoração moral dos personagens e da estruturação do mundo ficcional. Nesse caso a obra teria cumprido sua função persuasória, naturalizando, para aquele leitor, sua interpretação moral da estruturação social brasileira. Nada estava de antemão garantido; tudo dependeria das inferências de cada leitor e não haveria duas leituras iguais: buscamos um modelo que permitisse analisar intenções de comunicação autoral, sem sugerir que a obra tenha de fato influenciado valores e comportamentos dos leitores da maneira intencionada pelo autor - a rigor, sequer sabemos como isso poderia ser estudado. Quisemos entender como Graciliano Ramos estruturou o campo de jogo, o resto cabe às contingências da leitura.

110

Num momento posterior, deveremos detalhar a análise de *Vidas secas* e testar a validade do modelo proposto (na interface de Haidt, Doležel e Sperber e Wilson) para a análise retórica de outros romances. Devemos seguir testando a validade descritiva do modelo, a partir de estudos de caso selecionados num *corpus* suficientemente amplo e diversificado. Aqui o trabalho foi apenas iniciado.

Referências

CAVE, Terence. *Thinking with Literature: Towards a Cognitive Criticism*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice no país das maravilhas / Através do espelho e o que Alice encontrou lá*. Trad. de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Summus, 1980.

CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. São Paulo: Editora Landmark, 2011.

DIXON, Peter, BORTOLUSSI, Marisa. *Psychonarratology: Foundations for the Empirical Study of Literary Response*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DOLEŽEL, Lubomír. *Heterocosmica. Fiction and possible worlds*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998.

DUTTON, Dennis. *The art instinct*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

FLUDERNIK, Monika. *Towards a 'Natural' Narratology*. Nova York: Routledge, 1996.

GERRIG, Richard. *Experiencing Narrative Worlds: On the Psychological Activities of Reading*. New Haven: Yale University Press, 1993.

Haidt, Jonathan. *The righteous mind: why good people are divided by politics and religion*. Nova York: Pantheon, 2012.

HOGAN, Patrick Colm. *Affective Narratology: The Emotional Structure of Stories*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2011.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura* (2 vols.). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996 e 1999.

PALMER, Alan. *Social Minds in the Novel*. Columbus: Ohio State University Press, 2010.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 139ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SPERBER, Dan. WILSON, Deirdre. *Meaning and Relevance*. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

ZUNSHINE, Lisa. *Why We Read Fiction: Theory of Mind and the Novel*. Columbus: Ohio State University Press, 2006.

TSUR, Reuven. *Toward a Theory of Cognitive Poetics*. Sussex: Sussex Academic Press, 2008.

Recebido em: 24 de julho de 2020.
Aprovado em: 28 de outubro de 2020.